

RECURSO ESPECIAL Nº 1.693.532 - PE (2017/0008541-5)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
PROCURADOR : DANIEL HOLANDA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PE001129A
RECORRIDO : JOSE EVERALDO GOMES DOS SANTOS
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO PESSOA DE MIRANDA E OUTRO(S) - PE012489

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto por MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, com base na alínea a do art. 105, III, da CF/88, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NOS PRÓPRIOS AUTOS. MERA IRREGULARIDADE. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. ALEGAÇÃO DE LIQUIDEZ DA SENTENÇA. NÃO CONFIGURADA. MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS. INOPORTUNIDADE DA INSURGÊNCIA RECURSAL EM FACE DA POSSIBILIDADE DE DETERMINAÇÃO DE 'SEQUESTRO' VIA SISTEMA BACEN JUD. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO A UNANIMIDADE.

1. Cumpridas as formalidades previstas no artigo 730 do Código de Processo Civil e tendo a Fazenda Pública apresentado tempestivamente embargos à execução, não há que se falar em nulidade procedimental por não ter a execução sido processada em autos apartados, tendo em vista a inexistência da comprovação do efetivo prejuízo.
2. Não assiste razão ao agravante, no que diz respeito à iliquidez da sentença, uma vez que a determinação do valor devido depende de mero cálculo aritmético, dispensando a fase de liquidação de sentença, nos termos do art. 475-B, do Código de Processo Civil.
3. O fato de haver discordância dos cálculos apresentados pela parte credora, não torna a sentença ilíquida.
4. Não comprovação do excesso alegado pelo agravante.
5. Impertinente a suposta ilegitimidade da determinação de sequestro de bens suscitada pela edilidade recorrente, uma vez que a decisão vergastada não determinou o sequestro de bens, apenas ressaltou a possibilidade.
6. Recurso de agravo improvido à unanimidade" (fl.

112e)

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NOS PRÓPRIOS AUTOS. MERA IRREGULARIDADE. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. ALEGAÇÃO DE ILIQUIDEZ DA SENTENÇA. NÃO CONFIGURADA. MEROS CÁLCULOS ARITMÉTICOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NO PERCENTUAL DE 10% (DEZ POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. RAZOABILIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. ACLARATÓRIOS IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Cumpridas as formalidades previstas no artigo 730 do Código de Processo Civil e tendo a Fazenda Pública apresentado tempestivamente embargos à execução, não há que se falar em nulidade procedimental por não ter a execução sido processada em autos apartados, tendo em vista a inexistência da comprovação do efetivo prejuízo.
2. Não assiste razão ao agravante, no que diz respeito à iliquidez da sentença, uma vez que a determinação do valor devido depende de mero cálculo aritmético, dispensando a fase de liquidação de sentença, nos termos do art. 475-B, do Código de Processo Civil.
3. O fato de haver discordância dos cálculos apresentados pela parte credora, não torna a sentença ilíquida.
4. Constitui excesso de rigor formal não conhecer a execução de origem em razão de ausência de formalidades legais que não prejudicaram qualquer das partes, visto que o processo é um instrumento, e não o direito em si mesmo.
5. A teor do eu disposto no art. 20, § 4º, do CPC, a fixação dos honorários deverá ocorrer observando-se o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, em sendo a causa de baixo valor, entende-se por razoável a fixação de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.
6. Os embargos declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.
7. Precedentes do STJ citados. 8. Embargos de declaração improvidos à unanimidade de votos, não vulnerados os arts. 20, §4º, 282, 614 e

618, todos do CPC" (fl. 134e).

Em seu Recurso Especial, a recorrente alega ofensa aos arts. 20, §4º, 282, 614, 618 do CPC/73, sustentando o seguinte:

"3. DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO ESPECIAL EM FACE DA VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS ARTS. 20, §4º, 282, 614, 618, DO CPC.

De fato, ainda que o processo de execução possua peculiaridades próprias do seu rito, exige-se a presença de um mínimo de requisitos formais e processuais para a formação regular do feito. Não bastasse isso, a própria lei processual estabelece alguns requisitos, de forma específica, em seu art. 614, in verbis:(...)

Ora, como se pode ver nos autos, a singela petição acostada não traz em seu bojo qualquer desses requisitos. Na verdade, a mesma não pode ser considerada como petição inicial do processo de execução, uma vez que não guarda qualquer relação com o que dispõem os arts. 282 e 614 do código de processo civil.

Trata-se, na verdade, de mero requerimento atravessado, como se fosse possível a execução do julgado sem os requisitos legalmente previstos.

Cumpre observar, ainda, que os requisitos mínimos de constituição válida da relação processual executória não se encontram presentes no caso dos autos. Destaque-se que o exequente, ora embargado, não acostou aos autos o demonstrativo detalhado do débito que pretende executar, atualizado até a data da propositura da ação executória. Ora, essa ausência viola o que dispõe o art. 614, inciso II, do CPC, também impossibilita o direito de defesa do devedor, haja vista que não se tem como saber a origem dos valores utilizados pelo embargado.

De fato, como poderia o recorrente questionar com precisão os valores oferecidos pelo recorrido, se os mesmos sequer são demonstrados junto à inicial. No caso dos autos, essa é a situação que se apresenta, partindo a "execução" de valores apontados unicamente num contracheque de novembro de 2013.

Sem a observância desses requisitos, a execução não pode sequer prosperar, em face da inépcia da peça exordial.

Outrossim, restou violado o art. 618 do CPC, o qual dispõe que o Juiz deve reconhecer a nulidade da Execução nos casos em que o título

exequendo não comporta o atributo da liquidez.

(...)

A combatida execução, portanto, é nula porque não podia, como se disse, prescindir do prévio procedimento de liquidação, em que seriam apurados e comprovados documentalmente os valores dos salários aqui cobrados. Não tendo havido essa comprovação, evidente a falta de liquidez do título, como fartamente já foi visto.

No mesmo passo, o acórdão recorrido violou o art. 20, § 4º, do código de ritos, quando não reduziu os honorários sucumbenciais, (...).

À luz do preceptivo legal em referência, dessume-se que, quando vencida a Fazenda Pública, os honorários serão fixados conforme a apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo 3 do citado artigo, de modo a não onerar em demasia o erário municipal.

(...)

Assim sendo, revela-se evidente que o acórdão recorrido violou os artigos acima destacados" (fls. 149/156e).

Sem contrarrazões (fl.159e), o Recurso foi admitido (fls. 161/163e).

Originalmente, trata-se de ação de revisão de cálculos e cobrança, em que a parte ora recorrida buscava a recomposição de seu vencimento, com a incorporação decorrente do percentual de perda decorrente da conversão dos valores monetários em URV. Em sede de Execução de sentença, foram opostos Embargos à Execução pelo recorrente, julgados improcedentes, motivo pelo qual foi interposta Apelação, a qual restou improvida.

Quanto à insurgência trazida no Recurso Especial, acerca da ofensa aos arts. 282, 614 e 618 do CPC/73, sob o entendimento de que não foram cumpridos os requisitos para executoriedade do título, o Tribunal de origem manifestou-se nos seguintes termos:

"O cerne da questão em apreço diz respeito ao procedimento a ser adotado nas execuções contra a Fazenda Pública e ainda sobre a legitimidade ou não da determinação de sequestro de bens públicos.

Trata-se de embargos à execução proveniente da execução de ação de cobrança proposta pelo ora agravado, que transitou em julgado, em que foi decidido condenar a municipalidade agravante a pagar as diferenças salariais em razão da aplicação incorreta do índice de atualização monetária - URV.

Vindo o recorrido a requerer o cumprimento de sentença, apresentando memorial de cálculos às fls. 116 dos autos da ação de

cobrança em apenso, apresentando como valor exequendo R\$ 18.841,75 (dezoito mil oitocentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Opostos embargos à execução pela edilidade, deixou de informar o excesso alegado, sob o fundamento de ausência de documentos indispensáveis ao feito, impossibilitando a alegação de qual seria o excesso.

Não há que prosperar tal alegação, visto que a parte agravada apresentou o título executivo, bem como a planilha de cálculos do valor que entendia como correto, suprimindo a exigência prevista no art. 475-B do CPC.

Em razão da controvérsia, os autos foram encaminhados para Contadoria Judicial, que espelhando nos termos da sentença e nos documentos constantes nos autos, observando os parâmetros estabelecidos no título executivo exequendo, encontrou como valor total da condenação R\$ 11.089,61 (onze mil e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos), o qual foi acolhido pelo magistrado de piso.

A insurgência da parte agravante em sede de embargos à execução consiste na extinção da execução por conta do procedimento inadequado seguido pela exequente, tendo em vista que a petição de execução se deu nos próprios autos de onde originou o título judicial em desrespeito ao art. 730 do CPC e ainda sobre a inaplicabilidade do art. 475-B do CPC.

No entanto, o entendimento deste Sodalício e do STJ é o de que uma vez cumpridas as formalidades do art. 730 do CPC, como ocorreu in casu, já que a exequente, ora apelada, apresentou memorial de cálculos e requereu a citação da edilidade, e tendo a Fazenda Pública apresentado tempestivamente os embargos à execução, não há que se falar em nulidade procedimental, por não ter a execução se dado em autos apartados, diante da inexistência de prejuízo apontado pelo apelante, para tanto, (...)

Ademais, quanto à suposta ilegitimidade da determinação de sequestro de bens suscitada pela edilidade recorrente, entendo impertinente, uma vez que a decisão vergastada não determinou o sequestro de bens, apenas ressaltou a possibilidade, de forma que inexistente ordem concreta de sequestro de valores resta desarrazoado o inconformismo do agravante" (fls. 113/114e).

Nesse contexto, o acolhimento da pretensão recursal a fim de afastar o atendimento dos requisitos de liquidez, certeza e exigibilidade do título executivo, demandaria

a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ.

A propósito:

"ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. ILIQUIDEZ. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 33, I E 618. I DO CPC/73. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DOS ENUNCIADOS N. 282 E 356 DA SÚMULA DO STF. AUSÊNCIA DE COMPROVANTES. PRETENSÃO DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. I - Na origem trata-se de embargos à execução de sentença em que determinou-se a restituição de taxa de limpeza pública.

II - Em relação aos artigos 333, I e 618, I, do CPC/73, tidos como violados, tem-se que as matérias neles insertas não foram objeto de análise pelo Tribunal a quo, restando ausente o requisito do prequestionamento. Ademais, não tendo sido opostos embargos aclaratórios, buscando declaração acerca das questões suscitadas, aplica-se à hipótese vertente as Súmulas n. 282 e 356/STF.

III - No Tribunal de origem, considerou-se, quanto à iliquidez e incerteza do título executivo, a inexistência dos comprovantes de pagamento das taxas. Assim, a Corte a quo ao apreciar a questão baseou-se no conjunto fático-probatório dos autos para afastar os argumentos da recorrente, pelo que rever tal entendimento implicaria em reexame do acervo probatório, o que é obstado pelo enunciado sumular n. 7/STJ.

IV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.630.308/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 06/03/2018)

Por fim, no tocante à redução da verba honorária, na forma da jurisprudência do STJ, "no que diz respeito à possibilidade de modificação, em Recurso Especial, dos honorários advocatícios fixados nas instâncias de origem: a) a regra é a aplicação da Súmula 7/STJ; b) excepcionalmente, afasta-se o óbice sumular quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo, o que somente pode ser feito quando o Tribunal *a quo* expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC; e c) o valor da causa, por si só, não é elemento hábil a propiciar a qualificação do *quantum* como ínfimo ou abusivo" (STJ, AgRg no AgRg no REsp 1.451.336/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Rel. p/ acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 01/07/2015).

Portanto, em situações excepcionalíssimas, esta Corte afasta a Súmula 7/STJ, para exercer juízo de valor sobre o **quantum** fixado a título de honorários advocatícios, com vistas a decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes. Para isso, indispensável, todavia, que tenham sido delineadas concretamente, no acórdão recorrido, as circunstâncias a que se referem as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73.

In casu, sem deixar delineadas, no acórdão recorrido, especificamente em relação ao caso concreto, todas as circunstâncias previstas nas alíneas **a**, **b** e **c** do §3º do art. 20 do CPC/73 – **a**) o grau de zelo do profissional; **b**) o lugar de prestação do serviço; **c**) a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço –, o Tribunal de origem fixou os honorários de advogado nos seguintes termos:"a teor do disposto no art. 20, §4º, do CPC, a fixação dos honorários deverá ocorrer observando-se o grau de zelo profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, em sendo a causa de baixo valor, entendo por razoável a fixação de 10% sobre o valor da condenação" (fl. 116e).

Tal contexto não autoriza a redução de honorários pretendida, de maneira que não há como acolher a pretensão da parte recorrente, incidindo, na espécie, a Súmula 7/STJ, o que inviabiliza o conhecimento do Recurso Especial, no ponto.

Ante o exposto, **não conheço** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários pois o recurso foi interposto contra acórdão proferido na vigência do CPC/73.

I.

Brasília, 25 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora